

A (DES)IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA: ENTRE A TEORIA PSICANALÍTICA E A CIÊNCIA POLÍTICA

La (des)identificación partidaria:
entre la teoría psicoanalítica y la ciencia política

Party (dis)identification:
between psychoanalytic theory and political science

RESUMO

Neste artigo, propomos um diálogo entre a Teoria Psicanalítica e a Ciência Política a partir de uma revisão teórica em torno da noção de identificação concebida naquela e do conceito de identificação partidária concebido na segunda. Primeiramente, os conceitos de identificação de Freud e de Lacan são caracterizados. Em seguida, o conceito de identificação partidária elaborado inicialmente pela Escola de Michigan é discutido. Finalmente, avançamos com a engenhosa interseção entre Psicanálise e Política proposta por Ernesto Laclau, evidenciando mais precisamente seus estudos sobre identidades e identificações coletivas. O artigo busca contribuir com o desenvolvimento teórico dos dois campos de conhecimento mencionados, apesar das importantes diferenças entre ambos. Mais precisamente, se objetivou proporcionar acréscimos teórico-conceituais às explicações sobre partidarismos, ou anti-partidarismos, no Brasil atual.

Palavras-chave: Identificação; Partidarismo; Psicanálise; Ciência Política.

RESUMEN

En este artículo proponemos un diálogo entre Teoría Psicoanalítica y Ciencia Política a partir de una revisión teórica en torno a la noción de identificación concebida en la primera y el concepto de identificación partidista concebido en la segunda. En primer lugar, se caracterizan los conceptos de identificación de Freud y Lacan. A continuación, se analiza el concepto de identificación partidaria desarrollado inicialmente por la Escuela de Michigan. Finalmente, avanzamos en la ingeniosa intersección entre Psicoanálisis y Política propuesta por Ernesto Laclau, stacando más precisamente sus estudios sobre identidades e identificaciones colectivas. El artículo busca contribuir al desarrollo teórico de los dos campos de conocimiento mencionados, a pesar de las importantes diferencias entre ellos. Más precisa-

JOÃO TORRECILLAS SARTORI

<https://orcid.org/0000-0001-6718-8042>
E-mail: joao.sartori1992@gmail.com
Médico (FaMeRP), Mestre em Filosofia (PPGFil/UFSCar), Doutorando em Ciência Política (PPGPol/UFSCar).

ALEXANDRE STARNINO

<https://orcid.org/0000-0001-5876-1820>
E-mail: alexandrestarnino@hotmail.com
Mestre em Filosofia (UNICAMP), Doutorando na Ecole Doctorale d'Études psychanalytiques (Paris 7) e em Filosofia na Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.
Doutorando em Filosofia (UNICAMP) e Pesquisador da Fapesp (2019/00407-0).

MARIA DO SOCORRO SOUSA BRAGA

<https://orcid.org/0000-0003-2141-9778>
E-mail: msbraga@ufscar.br
Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e Professora Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

mente, el objetivo era aportar adiciones teórico-conceptuales a las explicaciones sobre el partidismo, o antipartidismo, en el Brasil actual.

Palabras-clave: *Identificación; Partidismo; Psicoanálisis; Ciencia Política.*

ABSTRACT

In this article, we propose a dialogue between Psychoanalytic Theory and Political Science based on a theoretical review around the notion of identification conceived in the former and the concept of party identification conceived in the latter. Firstly, Freud's and Lacan's concepts of identification are characterized. Next, the concept of party identification initially developed by the Michigan School is discussed. Finally, we move forward with the ingenious intersection between Psychoanalysis and Politics proposed by Ernesto Laclau, highlighting more precisely his studies on identities and collective identifications. The article aims to contribute to the theoretical development of the two fields of knowledge mentioned, despite the important differences between them. More precisely, the objective was to provide theoretical-conceptual additions to the explanations about partisanship, or anti-partisanship, in Brazil today.

Keywords: *Identification; Partisanship; Psychoanalysis; Political Science.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Embora, na Ciência Política, sobretudo no Brasil, não se costume utilizar ostensivamente instrumentos teórico-conceituais psicanalíticos, ainda na metade do século XX, autores a exemplo de Reich (1933/1974), Fromm (1941), Adorno (1951/1972) e Marcuse (1972) utilizaram teorias psicanalíticas freudianas¹ como referências em suas análises acerca de objetos academicamente reconhecidos como políticos. Por exemplo, Adorno (1951), em seus estudos sobre o autoritarismo, originou uma agenda de pesquisas na qual se articularam, entre outras, as noções freudianas de inconsciente, de sexualidade, de recalçamento, de projeção, de idealização e de identificação.²

Nesse contexto, um trabalho fundamental para o estabelecimento de uma intersecção entre psicanálise e política é, reconhecidamente, *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (Freud, 1921/1992). Neste, Freud centrou sua análise acerca das massas em eventos ocorridos em um registro psíquico, a exemplo das vinculações afetivas entre os integrantes de uma massa (identificações), e entre cada um destes e seu líder (idealizações). Factualmente, o criador da Psicanálise não estudou os denominados “partidos políticos”, nem especificamente a denominada “identificação partidária” – ao menos, não se utilizando desta terminologia. Contudo, em meio à sua teorização acerca da constituição de grupos e massas, exemplificados em sua obra pelo exército alemão e pela igreja católica, se evidenciaram certos construtos teóricos, a exemplo do conceito de *identificação*, contributivos à explicação de conjunturas das mais variadas. Inclusive, da mais recente conjuntura brasileira, na qual – crescentemente, nos últimos anos –, identificações positivas (tais como o petismo) e negativas (tais como o antipetismo) assumiram importância expressiva em âmbito nacional.

Freud contribuiu, mais amplamente, ao entendimento acerca da constituição e da manutenção de um coletivo, grupo ou massa – organizações às quais, ainda atualmente na ciência política, tem sido atribuída expressiva importância – e, indiretamente, a uma compreensão do caráter político da identificação³. A noção de identificação, embora não tenha sido inventada pelo criador da teoria psicanalítica, veio a ser desenvolvida nesta última e incluída no domínio conceitual psicanalítico. Ainda no início do século XX, na escrita da obra psicanalítica originária, *A Interpretação dos Sonhos* (Freud, 1900/1989), Freud articulou esta noção e, desde então, esta tem sido considerada como central no campo psicanalítico, mobilizada na explicação de variados eventos individuais e socioculturais.

Ainda no campo psicanalítico, Jacques Lacan reestruturou o conceito freudiano de identificação, impondo ao conceito uma reformulação a partir, principalmente, do Estruturalismo e da Linguística saussuriana (e de seus herdeiros teóricos). Segundo Starnino (2016), Lacan fundamentou o que seria uma “identificação significante”, seja ela assumida por um único sujeito ou por uma coletividade. No caso das identificações coletivas, uma identificação com o significante se organizaria no interior do grupo, do partido, com o Líder, formando cadeias de significantes, e estruturando as identidades coletivas e os movimentos políticos (Starnino, 2016).

1 Adorno, inclusive, ainda que tenha centrado suas análises nas relações entre os líderes das denominadas massas fascistas – isto é, os agitadores fascistas – e os seus seguidores e não tenha conceituado as identificações partidárias, evidenciou o modo como certos conceitos freudianos, a exemplo dos de identificação e de idealização, seriam consistentemente utilizados na explicação da constituição destas massas.

2 Por exemplo, Adorno (1951), referenciado na obra de Freud, considerou que cada uma das medidas constituintes do método dos *agitadores fascistas* se motiva (a) à execução da “técnica da personalização”, antes evidenciada, ou (b) à concretização da ideia do “pequeno grande homem”. Esta ideia, por sua vez, consiste na crença de que o líder, ao mesmo tempo superior e vigoroso, seria um indivíduo comum, apresentando certos traços também apresentados pelos membros de sua massa. Pensando amplamente o recente caso brasileiro: muitos eleitores cristãos identificados a Bolsonaro conceberiam o seu líder como o incumbido de “botar ordem na casa” e como tendo sido “capacitado por Deus” neste sentido; mas, simultaneamente, o conceberiam em muitos aspectos exatamente como eles mesmos. Aparentemente, em seu entendimento, Bolsonaro mesclaria entre si o extraordinário e o comum.

3 Como afirma Ernesto Laclau (2013, p. 102): “se minha leitura for correta, tudo gira em torno da noção primordial de identificação, e o ponto de partida para explicar uma pluralidade de alternativas sociopolíticas deve ser encontrado no grau de distância entre o Eu e o Ideal de Eu”.

Em torno da relação entre psicanálise e política, cabe destacar contemporaneamente a expoente teoria política de Ernesto Laclau, a qual recebeu influência de Freud e, sobretudo, de Lacan – que percorre todo o seu pensamento sobre o político, seja em sua *teoria do discurso*, seja em sua análise do fenômeno do populismo ou na analítica da formação das identidades coletivas. E, mais uma vez, a noção de identificação aparece como primordial, e unida a uma reformulação estrutural do tema imposto pelo campo lacaniano⁴.

De outro lado, na Ciência Política, certa noção de identificação assumiu paulatinamente importância expressiva. Em 1950, integrantes da Escola de Michigan introduziram a noção de ‘identificação partidária’ em seus modelos teóricos acerca do comportamento eleitoral (Speck, Braga, & Costa, 2015, p. 127). Neste sentido, a noção *de identificação* na Ciência Política veio a ser articulada, comumente, no contexto da explicação do ato de votar e da direção do voto. Aparentemente, entretanto, o modo como se conceituou a identificação na Teoria Psicanalítica diferiu do modo como mais recorrentemente se a conceituou na Ciência Política. Mais restritamente, nesta última, a noção de identificação partidária consistiria em “uma construção abstrata que capta um sentimento de proximidade dos cidadãos para com um partido político” (Speck & Balbachevsky, 2016, p. 569).

Porém, embora existam diferenças entre as conceituações *da identificação* na Teoria Psicanalítica e, na Ciência Política, não necessariamente existiriam incompatibilidades entre ambas. Na leitura da obra freudiana, se evidenciariam indícios de suas compatibilidades. Por exemplo, Freud (1921/1992) considerou que o reconhecimento [inconsciente], pelo indivíduo, de uma similaridade de si mesmo com um objeto seria condição necessária à sua identificação com este último. Aparentemente, então, seria consistente a suposição de uma relação entre a identificação partidária concebida na Ciência Política (aproximada ao “sentimento de proximidade” antes mencionado) e certa assimilação imaginária de um outro denominada “identificação” na teoria psicanalítica freudiana.

Nesse sentido, se interrogaria: (a) o que seria uma identificação partidária se implicados elementos da reflexão psicanalítica? (b) seria a identificação concebida na Ciência Política um dos eventos implicados na identificação concebida na Teoria Psicanalítica? (c) seria consistente a concepção da identificação partidária como uma variante de uma identificação imaginária?

Em meio a uma articulação entre um conceito psicanalítico de identificação e certa noção da Ciência Política de identificação partidária, seriam identificados os limites e as aproximações entre este campo de conhecimento e a Teoria Psicanalítica. Possivelmente, entretanto, ambos os campos seriam simultaneamente acrescidos, desenvolvidos, sendo inclusive aventadas novas hipóteses as quais seriam testáveis em novos estudos. De um lado, se ocasionaria, às teorias psicanalíticas acerca das massas, desenvolvimentos empiricamente sustentados sobre os eventos implicados em certas identificações propriamente ditas, sobretudo as relacionadas com identificações partidárias. No campo psicanalítico, a noção de identificação seria revisitada criticamente a cada exame de teoria (ou teste de hipótese) na qual viesse a ser articulada de algum modo esta noção.

A Ciência Política, de outro lado, obteria acréscimos teórico-conceituais, por exemplo, no enriquecimento das explicações sobre nuances dos partidarismos ou, ainda, de antipartidarismos – movimentos em ascensão no cenário brasileiro nas últimas décadas. Aparentemente, a mobilização, na Ciência Política, de construtos teóricos psicanalíticos a exemplo da noção de identificação enriqueceria, por exemplo, explicações acerca da relação entre a identificação partidária e o ato de votar ou, ainda, a direção do voto – o estudo desta relação tendo sido considerado como importante neste campo, reconhecida a ameaça à integridade do regime democrático liberal pela ascensão de certas atitudes antipartidárias (entre as quais constariam os antipartidarismos).

Este trabalho, o qual se situa no encontro entre os dois campos de conhecimento, consiste em uma tentativa inicial de abordagem das questões anteriormente aventadas, as quais então assumem importân-

4 Apesar de Freud, como diz Laclau, promover um grande avanço para o entendimento de uma “coletividade unificada”, o autor afirma encontrar uma barreira epistemológica: “o molde freudiano muitas vezes oferece uma abordagem predominante genética ao objeto de seu estudo sendo útil uma reformulação estrutural como instrumento de análise para compreender com mais alcance o que se desenvolve no âmbito do social” (Laclau, 2013, pp. 111-112).

cia expressiva em ambos. Assim, se originariam novas perguntas, as quais orientariam novas pesquisas. Neste caso, se intenciona, sobretudo, certa reelaboração mútua de insuficiências teóricas destes campos. Partindo deste trabalho, se esperam novos estudos nos quais, reduzidas certas imprecisões conceituais e inconsistências, seriam articuladas entre si as noções anteriormente mencionadas em meio à discussão de análises variadas – de outros autores, amplamente reconhecidos pelo seu trabalho teórico nos mencionados campos. Por exemplo, na Ciência Política, análises acerca das expressivas variações nos índices de identificação partidária no Brasil nos últimos anos ou acerca de massivas desidentificações partidárias.

Este artigo se divide em cinco seções. A seção inicial se encerra neste parágrafo, tendo sido evidenciadas a problemática e a relevância deste estudo. Na **segunda seção**, caracterizamos a noção de identificação nas obras de Freud e de Lacan. Na **terceira seção**, discutimos o conceito de identificação partidária mais recorrente na Ciência Política, na qual se evidenciaram características deste construto teórico e certas implicações de sua concepção. Então, na **quarta seção**, avançamos à luz, sobretudo, dos trabalhos de Ernesto Laclau, com os elementos concebidos como constitutivos e estruturais das identificações ditas partidárias, utilizando categorias psicanalíticas (sobretudo, lacanianas), e indicando o estatuto coletivo, discursivo e político dessas identificações. Finalmente, na **quinta seção**, nas considerações finais, buscamos evidenciar o caráter de disputa constante, contingente e inacabada que gira em torno dos significantes partidários, demonstrando que a maior contribuição que as categorias psicanalíticas e a investidura de Ernesto Laclau nos fornecem não diz respeito, apenas, a uma considerável contribuição para um entendimento mais amplo em torno do processo de identificação partidária, mas, também, do seu oposto, a desidentificação.

O DESENVOLVIMENTO DA NOÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO NA PSICANÁLISE DE FREUD E LACAN

Embora Freud não tenha escrito um ensaio metapsicológico intitulado ‘A identificação’, o conceito freudiano de identificação seria consistentemente considerado como um dos mais importantes de sua metapsicologia. No entanto, este conceito não se manteve inalterado no desenvolvimento de sua obra, tampouco nos desenvolvimentos ulteriores da Psicanálise, sendo, inclusive, reformulado (ou repensado) por Jacques Lacan⁵. Primeiro, discutiremos, de modo introdutório, o conceito de identificação de Freud, enfatizando mais a articulação proposta em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921/1992), por ir de encontro ao caráter político do nosso problema. Em seguida, passaremos à “reformulação estrutural” de Jacques Lacan do conceito de *identificação*, proposta principalmente em seu nono seminário, intitulado *A Identificação* (Lacan, 1961/62).

FREUD E O CARÁTER POLÍTICO DA IDENTIFICAÇÃO

O termo *identifizierung*, traduzido da língua alemã à língua portuguesa como o termo identificação, apareceu originariamente na obra de Freud em uma carta, a qual este enviou a Wilhelm Fliess⁶ em 17 de dezembro de 1896. Nesse contexto, Freud utilizou o termo de modo que designasse um ‘desejo inconsciente’ de um indivíduo de ser como um terceiro. Assim, originalmente, o autor articulou uma noção de identificação em um texto escrito anteriormente à própria criação da teoria psicanalítica (Sartori, 2019).

Entretanto, em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921/1992), segundo Laplanche e Pontalis (2001, p. 228), em meio à sua análise dos mecanismos constituidores de certos grupos sociais, Freud

5 Sobre a formulação e desenvolvimento do conceito de identificação e identidade na Psicanálise, enviamos o leitor a três textos: Sobre Identidade e identificação em Psicanálise: (1) um estudo a partir do Seminário IX de Jacques Lacan. *Revista Dois Pontos*, Curitiba, (Starnino, 2016); (2) Starnino, A. (2018). *Entre o couro e a carne: Jacques Lacan e questão da identidade e identificação* [Dissertação de Mestrado em Filosofia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP]. (3) Perez & Starnino (2018) *Por que nos identificamos?* CRV.

6 Wilhelm Fliess (1854-1928) foi um médico alemão, amigo e interlocutor de Freud. Em meio às suas trocas de correspondências com Fliess, e atento às suas críticas, o criador da psicanálise desenvolveu algumas das noções e teorias as quais, quando da criação da psicanálise, vieram a compô-la.

desenvolveu sua “exposição mais completa” de seu conceito *de identificação*. Mais restritamente, no capítulo VII desta obra, intitulado *A identificação*, não somente reiterou suposições anteriormente articuladas na sua “teoria da identificação”, mas acrescentou, a esta última, algumas suposições originais.

Freud (1921/1992, p. 100) correspondeu certa modalidade de identificação com o evento psíquico inconsciente mediante o qual um indivíduo assimilaria um traço supostamente constitutivo de um outro, vindo a se assemelhar a este último nesse aspecto (Sartori, 2016, p. 183). Freud considerou o Eu como constituído em conformidade a este objeto, seu modelo de identificação. Adicionalmente, o autor considerou *a identificação* como “a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva a uma outra pessoa”, ratificando a indissociabilidade entre uma suposta psicologia social e a psicologia individual: “Na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e portanto a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado” (Freud, 1921/2011, p. 11 e p. 46).

Cabe destacar que, em meio ao desenvolvimento de seu estudo acerca dos mecanismos resultantes nas massas, também denominadas grupos psicológicos, mais precisamente ao analisar o que o autor denominou de “massas artificiais milenares” (o Exército e a Igreja), são diferenciadas entre si duas modalidades de vínculo afetivo que se complementam:

Freud aponta no cerne da constituição dessas “massas artificiais milenares . . . o caráter político da identificação entre o Líder e os membros da coletividade organizada ou entre os próprios membros do grupo. . . . uma dupla identificação política: horizontalmente entre “irmãos” que compartilham os ideais e verticalmente, com o líder, o Ideal a ser seguido. . . . O general no exército, Cristo pelo lado da igreja, operariam como Ideal de Eu. Tais líderes operariam como o protótipo ideal a ser seguido via identificação pelos membros (irmãos) da massa artificial organizada. Segundo Freud (1921/2011), Cristo e o general nutririam a fantasia coercitiva de que “ama a todos igualmente”, um “traço democrático” atuando decisivamente no laço identitário sustentado por soldados por um lado, crentes por outro. (Starnino & Perez, 2021, p. 90)

Freud articulou o conceito *de identificação na análise* da constituição não somente de uma individualidade, como vimos, mas também de coletivos, grupos, massas – a identificação sendo, portanto, um vínculo afetivo constituidor. Como nos dizem Laplanche e Pontalis (2001, p. 228): “o conceito de identificação assumiu progressivamente [nas obras de Freud] o valor central que faz dela, mais do que um mecanismo psicológico entre outros, a operação pela qual o sujeito humano se constitui”. Adicionalmente, Freud (1921/1992) considerou que um indivíduo integraria, comumente, mais de um grupo, estando afetivamente vinculado pela identificação em variados sentidos; portanto, o ‘Eu’ seria constituído em conformidade com modelos variados, assim como o ‘ideal do Eu’.

Além disso, considerando o anteriormente mencionado reconhecimento de uma similaridade como condição necessária à identificação, Freud estabeleceu elementos teóricos – mais restritamente, suposições – utilizáveis na análise da constituição de uma identidade social, a exemplo de identidade partidária, assim como na análise de suas transformações – embora não tenha utilizado, em sua obra, a expressão “identidade social” ou “identidade coletiva”, algo que Ernesto Laclau desenvolve em seu percurso teórico, com forte influência da psicanálise (sobretudo, lacaniana), conforme veremos mais adiante.

LACAN ENTRE A IDENTIDADE E A IDENTIFICAÇÃO SIGNIFICANTE

No interior das obras de Jacques Lacan, *O Seminário IX – A identificação* (1961/62) se tornou o mais relevante empreendimento onde o psicanalista francês desenvolveu não só o tema da identificação (como diz o próprio nome do seminário), mas também uma iminente discussão em torno do estatuto da identidade, tema clássico na história da Filosofia; acarretando uma reformulação ao problema da

identificação no interior do campo psicanalítico, por um lado, e uma discussão em torno do estatuto da identidade, caro, principalmente, à filosofia, por outro. O que por efeito influenciou parte significativa das investigações contemporâneas do campo político⁷.

A crítica de Lacan a pressupostos identitários clássicos (fundamentalmente a clássica fórmula $A=A$ e o pressuposto do *idêntico a si*), tem como resultado “a afirmação de que o processo identitário se consuma pela via das identificações significantes: percurso que podemos denominar: da identidade à identificação signifiante” (Starnino, 2016, p. 232). O que representa inserir como elemento central da identidade e da própria identificação a noção de signifiante? E por que se trataria de uma importante “reformulação estrutural” ao problema identitário?

O SIGNIFICANTE EM QUESTÃO

Indico-o imediatamente, o signifiante não é o signo. Vamos nos esforçar [ao longo de todo o Seminário IX] para dar a esta distinção sua fórmula precisa. (Lacan, SIX – A identificação)

Em primeiro lugar, aos menos habituados a alguns dos pressupostos linguísticos e estruturalistas incorporados por Lacan, podemos dizer sinteticamente que há uma subversão ao conceito de signifiante utilizado inicialmente por Saussure (2006); diferença que se mostra determinante para o problema da identidade e identificação; algo que é repetidas vezes reafirmado por Lacan (1961/62) em seu nono seminário.

Se, por um lado, a dupla significado/signifiante se coadunam na formação do signo linguístico saussuriano de maneira rígida, com Lacan, por outra via, temos a primazia do signifiante sob o significado⁸. Isso representa, em termos gerais, uma profunda retirada de uma possível estabilidade pretendida nos diversos sentidos e significações, identidades e identificações, que se constroem, tanto individualmente quanto coletivamente. Vejamos.

Um signifiante (abreviado comumente como S_x), é “todo elemento discreto, isolado e combinado a outros elementos igualmente discretos e isolados, suscetíveis de serem tomados por um sentido ou significado”. Um “partido político”, uma “coisa” ou “objeto”, um “ente”, uma “arma em riste”, um “político”, uma “imagem”, uma “palavra” ou uma “ideia” (de liberdade e igualdade, por exemplo), uma “bandeira”, um “gesto” como o que faziam ao Führer, podem ser tomados por significantes: “desde que entre em uma

7 Nesse sentido, Starnino e Perez nos trazem um breve relato histórico-conceitual: “Tanto quanto outras tradições ou linhas conceituais a psicanálise lacaniana contemporânea se debate internamente numa série de correntes. Como nos relata Laclau [no prefácio de *El sublime objeto de la ideología*, de Zizek (1992, pp. 11-19), a influência de Lacan na França tem sido especialmente clínica, nos países anglo-saxões a influência se concentrou no eixo literatura-cinema-feminismo. Por outro lado, Laclau destaca duas gerações interpretativas: a velha escola de Mannoni, Leclaire e Safouan que privilegiam os problemas clínicos e a função do Simbólico e a geração mais jovem de Jacques Alain Miller, Michel Silvestre e Alain Grosrichard que tem tratado de formalizar a teoria lacaniana, diferenciando as etapas do ensino de Lacan e dando importância central para o Real como o que resiste à simbolização. Paralelamente, a interpretação marxista-estruturalista feita por Althusser e Michel Pêcheux destaca a noção de sujeito lacaniano como compatível com o materialismo histórico. Avançando nessa linha a escola eslovena de Zizek utiliza as categorias lacanianas para uma reflexão filosófico-política” (Starnino & Perez, 2018, p. 23). Cabe destacar, evidentemente, os trabalhos de Ernesto Laclau (e seus herdeiros teóricos), algo que assume centralidade nesse texto.

8 Ainda que o conceito de signifiante seja uma herança da linguística, há “uma modificação profunda: são abandonados o horizonte do signo e, ao mesmo tempo, a oposição ativo/passivo que modelava o casal significado/signifiante” (Milner, 2010, p. 9). Para ver mais detalhadamente a diferenciação entre o conceito de signifiante proposto por Saussure e a apropriação singular que Lacan faz deste conceito, enviamos o leitor a algumas obras: *A Instancia da Letra e a Razão desde Freud, O Seminário da Carta Roubada* em os Escritos (1966) de Lacan. Além destes, o próprio CLG e os *Escritos de Linguística* de Saussure. O artigo *De la Représentation Freudienne au Signifiant Lacanien: Sur la Pertinence de L’Interprétation Structurale de L’Inconscient* (2012). Além, é claro, dos textos de Milner: *Linguística e Psicanálise* [1992] (2010) e *El Périplo e Estructural, figuras y paradigmas* (2003).

estrutura combinatória de representações”. Desse modo, os significantes podem ser sustentados por um único sujeito, por um grupo, por um bando ou por uma massa organizada⁹.

Trata-se de pensar as identidades não por uma visada essencialista, mas pela marca da *contingência*, sendo necessário determinar a relação de significantes em cadeias e reenvios mútuos para que se possa aventar uma possível identidade. Essa determinação que inscreve em primeiro plano o significante no registro identitário é pensado por Lacan (1961/62) como identificação significante, conforme explicitaremos a seguir.

A IDENTIFICAÇÃO SIGNIFICANTE

A despeito da clássica “fórmula da identidade”, $A=A$, que indica uma relação de igualdade, paridade, si mesmo – “eu sou eu mesmo” – Lacan (1961/62) postula a impossibilidade do idêntico a si para apreensão da constituição subjetiva, sendo o princípio da diferença o fundamento da identidade¹⁰.

A diferença que funda as relações identitárias tem o significante como elemento contingente e diferencial, ponto de ancoragem: “Eu ando como minha mãe” ($S^1, S^2, S^4\dots$), “Dora tosse como o pai” ($S^1, S^2, S^5\dots$), “Eu sou de esquerda” ($S^1, S^2, S^5\dots$), “Eu sou de direita” ($S^1, S^2, S^6\dots$), “Ele é petista” ($S^1, S^2, S^7\dots$), “Ele é bolsonarista” ($S^1, S^2, S^8\dots$), por exemplo. A diferença aparece inscrita como marca, como traços identitários pela via dos significantes.

Nessa acepção, é pelos significantes sustentados que se operam os processos identitários individuais e coletivos. Pode ser lido aqui: “Todos pela democracia (nós)...contra o fascismo (eles)” ou “Todos pela família (nós). . . contra o comunismo (eles)”. O fundamental conceito de identificação significante proposto por Lacan, portanto, aparece como um elemento estrutural nos processos identitários; a ancora dos diversos vínculos identificatórios comungados.

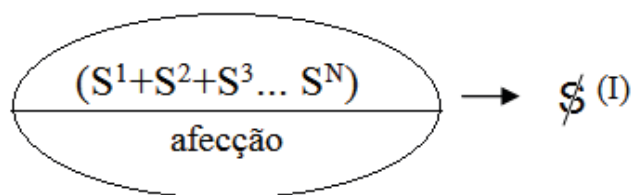
Assim, os mais variados significados se inscrevem nas cadeias significantes, assumidos por cada sujeito, ator político, coletivo ou grupo identitário, conforme exemplo a seguir:

É extremamente significativo, por exemplo, ‘queimar a bandeira’ do partido adversário em praça pública; a força afetiva desse ato estabelece laços identitários. Conforme nos mostrou Laclau . . . uma ação é um elemento significante, e se articula enquanto discurso na relação diferencial com outros significantes e outros discursos. Inclusive antagonizando, muitas vezes, em sua significação, ainda que partindo de um mesmo significante: A mesma “bandeira queimada” é motivo de ódio aos partidários e, por outro lado, de volúpia para os adversários agentes do ato. (Starnino, 2020, p. 437)

Um mesmo significante, (no caso acima uma ‘bandeira queimada’), gera efeitos significativos e afetivos distintos e antagonísticos: muda o significado dependendo de quem o enuncia (lugar da enunciação) e o assume como próprio; além do qualitativo do afeto (ódio ou volúpia, no caso acima). O que não se modifica, sublinhamos, é a perspectiva estrutural do nosso problema. A rigor, podemos afirmar a partir de Lacan (1961/62) que no nível da estrutura temos o seguinte esquema para pensar a constituição identitária:

9 “Pode ser dito significante, com efeito, todo elemento discreto, isolado e combinado a outros elementos igualmente discretos e isolados, suscetíveis de serem tomados por um *sentido ou significado*. . . isto pode ser muito bem uma imagem, até mesmo um gesto. Uma bofetada, por exemplo, evocada certa vez por Lacan, *pode ser um significante, desde que entre em uma estrutura combinatória de representações* (Soler, 2004, p. 53, tradução e grifos nossos)”.

10 É preciso sublinhar de antemão que, no *Seminário IX*, “Lacan não tem por propósito questionar a suficiência da fórmula $A=A$ em sua dimensão lógico-formal aplicada a problemas de enunciado, mas sim apontar sua insuficiência em acolher o sujeito numa experiência de linguagem e fala” (Starnino, 2016, p. 235). Isso pode ser lido na exposição de Lacan na Lição de 15 de novembro de 1961: ‘nossa preocupação será o —sujeito do ato da enunciação . . . , pois parece que ele tem um outro suporte; . . . e vamos deixando claro que não é, em absoluto, a via do positivismo lógico a que nos parece, em matéria de lógica, ser de alguma maneira, justificada nos interrogar’” (Lacan, 2003, p. 14).

Figura 1. Formalização identidade

(Starnino, 2016, p. 239)

É a partir de “uma cadeia significativa ($S^1, S^2, S^3... S^N$), que se constituem as identificações ditas significantes e que se supõem a identidade (I) do sujeito (S)”, seja de um indivíduo ou de uma identidade coletiva organizada. O sujeito, como diz Lacan, “é todo esse sistema significativo” (Lacan, 1999, p. 127). Dessa forma, Lacan postula que “nada suporta a ideia tradicional filosófica de um sujeito a não ser a existência do significativo e de seus efeitos” (Lacan, 2003, p. 16). Os afetos (afecção) são um desses efeitos da relação com os significantes (Starnino, 2016, p. 239).

O ódio àquilo que não me é próprio ou sentimento de amor e reciprocidade com aquilo ou aqueles que fazem parte do meu grupo, classe social, bairro, time de futebol, partido, etc., são efeitos afetivos na correlação com os significantes em franca oposição, relação, disputa, simetria, incompatibilidade, aversão e até mesmo eliminação completa desse Outro com que “não me identifico”; algo bastante presente nas diversas dinâmicas políticas.

Como procuramos demonstrar, a proposta de uma dita “reformulação estrutural”, proporcionada por Lacan em torno do tema identitário – identificação (Psicanálise) por um lado, identidade (Filosofia) por outro –, impõe novas formulações e implicações na análise constitutiva dos diversos grupos e atores políticos. Desse modo, podemos ampliar a analítica do campo político – consequentemente as identificações ditas partidárias – não preso apenas ao arcabouço teórico inaugurado por Freud.

Mais adiante, retomaremos esse ponto. Antes, na seção a seguir, propomos um breve histórico da conceitualização da identificação partidária na Ciência Política, necessário às considerações ulteriormente desenvolvidas neste artigo. Caracterizaremos as mais importantes modalidades de disposições afetivas – isto é, vínculos sentimentais – entre eleitores e partidos, sendo salientadas mais minuciosamente as identificações partidárias. Assim, se reduzirá o risco de ocorrência de imprecisões conceituais as quais inviabilizariam uma articulação consistente entre a noção psicanalítica de identificação (de Freud e de Lacan) e o conceito de identificação partidária articulado mais recorrentemente naquele campo de conhecimento.

A CONCEITUAÇÃO DA ‘IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA’ NA CIÊNCIA POLÍTICA

Na Ciência Política, a noção de partidarismo, mais amplamente, representa a disposição afetiva positiva de um eleitor em relação a um partido político, independentemente dos níveis de estabilidade, e de consistência, dessa disposição. Braga e Pimentel (2011), implicitamente, conceberam o partidarismo desse modo. Contudo, não necessariamente as disposições afetivas de um eleitor em relação a um partido são positivas. Precisamente, a noção de antipartidarismo representa a sua contraparte, uma disposição afetiva negativa.

Entre as abordagens direcionadas na Ciência Política à análise das disposições afetivas de eleitores com relação a partidos políticos, consta a teoria psicológica do comportamento eleitoral, elaborada pela Escola de Michigan – representada por Campbell et al. (1960)¹¹. Nos EUA, em 1950, embora tivessem

11 Em sua obra seminal intitulada *The American Voter* (1960), Campbell e cols. (um dos principais expoentes da Escola de Michigan) e seus colegas apresentaram o conceito de *identificação partidária*.

ocorrido expressivas variações nas avaliações dos candidatos pelos cidadãos, o comportamento eleitoral se manteve relativamente inalterado. Então, integrantes da Escola de Michigan desenvolveram modelos causais no intuito do entendimento das razões pelas quais os eleitores votariam em certos partidos – e não em outros – e um dos conceitos articulados nestes modelos, então original, consistiu no de identificação partidária (Speck, Braga, & Costa, 2015, p. 127). Assim, a noção de identificação partidária consistiu no correlato original do partidarismo na Ciência Política.¹²

Essa noção representaria certa tendência ao reconhecimento, por um eleitor, de uma similaridade entre seus valores, suas atitudes e seus ideais e os de um partido político. Nos termos de Speck e Balbachevsky (2016, p. 569), consistiria em “uma construção abstrata que capta um sentimento de proximidade dos cidadãos para com um partido político”. As identificações partidárias resultariam da socialização (Dalton, 2013); e seriam relativamente resistentes a influências conjunturais (Speck, Braga, & Costa, 2015, p. 127). Nesse sentido, as identificações partidárias consistiriam em disposições afetivas estáveis em alguma medida, diferindo de meras “preferências partidárias”¹³.

Campbell et al. (1960, p. 90) constataram que “muitas das pessoas se associam psicologicamente com um dos partidos, e que essa identificação possui relações previsíveis com suas percepções, avaliações e ações”. Foram Converse e Dupeux (1962), no entanto, que defenderam que, quando os cidadãos se identificam com um dos partidos estabelecidos, o seu potencial de atração por novos partidos é consideravelmente menor. Também, verificaram que existia uma parcela do eleitorado que não se identificava com as legendas existentes e que estava se sentindo atraída por novos modos de ação política.

Desde a sua criação, os modelos de pesquisa considerados como excelentes na avaliação do estatuto e do sentido da identificação partidária vieram a ser as pesquisas de opinião. Speck, Braga e Costa (2015, p. 127) ressaltaram que, comumente, na determinação dos níveis de identificação partidária do eleitorado, se utilizaram questões direcionadas: (a) à verificação do estatuto de identificação partidária (isto é, existente ou inexistente); (b) à determinação do partido com o qual o eleitor se identificaria; e (c) à determinação da intensidade desta identificação (as duas últimas somente sendo aplicadas nos casos nos quais se concluiu que o eleitor se identificava partidariamente). Já em sua conceituação original, na Escola de Michigan, vieram a ser considerados como atributos importantes da identificação partidária, não somente a sua estabilidade, mas também, sua intensidade e sua consistência (Speck, Braga, & Costa, 2015, p. 127).

No Brasil, muitos autores (Balbachevsky, 1992; Carreirão & Kinzo, 2004; Kinzo, 2005; Paiva & Tarouco, 2011) centraram suas análises na relação entre identificação partidária e comportamento eleitoral. Mais comumente, se avaliou a identificação partidária mediante análise de microdados oriundos de *surveys*. Na realização destes últimos, a identificação partidária veio a ser considerada como existente nos casos nos quais, respondendo à interrogação sobre o estatuto de seu gosto por algum partido político, o eleitor relatou, espontaneamente, gostar de certo partido político (assim, sendo este considerado como o partido com o qual o eleitor se identificou).¹⁴

Posteriormente, se desenvolvendo o conceito de identificação partidária, vieram a ser diferenciadas entre si as identificações partidárias positivas e, negativas. As identificações partidárias conceituadas originalmente pela Escola de Michigan – as quais consistiriam em tendências ao reconhecimento pelo eleitor de uma similaridade entre seus valores, suas atitudes e seus ideais e os de um partido político

12 Dalton, McAllister e Wattenberg (2003) ressaltaram que o conceito de identificação partidária veio a ser articulado, pela primeira vez, por Angus Campbell e cols. (1960).

13 Entretanto, em trabalhos tais como o de Lamounier (1975), as identificações partidárias vieram a ser imprecisamente denominadas “preferências partidárias” em certos excertos.

14 Recorrentemente, o estatuto de identificação partidária de um eleitor tem sido avaliado mediante a constatação da resposta deste eleitor a uma interrogação sobre a existência de um partido do qual ele goste. A pergunta utilizada na avaliação do estatuto de identificação partidária consiste na seguinte: “de um modo geral, existe algum partido político que o(a) sr(a) goste? (Espontânea e Única). Caso relate existir, se considerará como existente a *identificação partidária* e, então, se o interrogará “qual partido o(a) sr(a) gosta? (Espontânea e Múltipla). O [primeiro] partido mencionado espontaneamente vem a ser considerado como aquele com o qual ele se identificou.

–, seriam consistentemente correspondidas às identificações partidárias positivas. Já uma identificação partidária negativa seria certa tendência ao reconhecimento, pelo eleitor, de uma diferença entre seus valores, suas atitudes e seus ideais e os de um partido político. Caso extremada, a identificação negativa de um indivíduo com um partido se relacionaria com sentimento de ódio a este último; isto é, à consideração deste último como uma entidade inimiga. No entanto, em um cenário político, convivem entre si variados correlatos de antipartidarismo – entre os quais, constam as antipatias partidárias –, para além das identificações partidárias negativas (as quais consistem nos correlatos mais estáveis do antipartidarismo).

Por outro lado, as atitudes antipartidárias de um indivíduo podem se direcionar a um ou dois partidos, assim como podem ser relativamente amplas – ou, até mesmo, generalizadas. Inclusive, segundo Fuks, Ribeiro e Borba (2021), o antipartidarismo observado atualmente no Brasil é um fenômeno mais amplo que o antipetismo. Os autores consideram que, embora a rejeição direcionada a um único partido, no caso o PT, seja relevante e explicativa, a rejeição generalizada aos principais partidos tornou-se igualmente relevante. Além disso, o número de partidos em relação aos quais são mantidas disposições afetivas negativas não necessariamente se mantém o mesmo ao longo dos mandatos. Parcela cada vez maior da sociedade desconfia em alguma medida dos partidos mais importantes e os rejeita, conforme se evidencia mediante análise de dados oriundos do LAPOP¹⁵ e do ESEB – os quais mostram que os denominados “eleitores antipartidários” passaram de 6% do eleitorado em 2010 para 15% em 2019.

Posteriormente aos desenvolvimentos iniciais da noção de identificação partidária pela Escola de Michigan, conforme se identificaram novos problemas teórico-práticos no estudo do comportamento eleitoral, outros correlatos de partidarismos – e de antipartidarismos – vieram a ser criados e elaborados. Por exemplo, segundo Braga e Pimentel (2011), nos anos 50, o conceito de identificação partidária era utilizado não somente na avaliação de partidarismos, mas, também, da estabilidade democrática. Contudo, desde a década de 70, vieram a ser constatadas reduções expressivas dos níveis nacionais de identificação partidária em sociedades industriais avançadas (Dalton, Mcallister, & Wattenberg, 2003); e, nesse contexto, se aventou a necessidade do desenvolvimento de novos construtos mediante os quais se avaliariam partidarismos. Nesse sentido, se desenvolveu a noção de simpatia partidária¹⁶ (a qual não substituiu na Ciência Política a noção de identificação partidária, mas veio a ser cada vez mais comumente articulada).

O nível de simpatia de um eleitor por certo partido político tem sido mensurado mediante a constatação da resposta (não espontânea) à interrogação acerca de seu nível de gosto (0-10) por este partido político.¹⁷ Nesse caso, existiriam simpatias e antipatias partidárias; e, comumente, em análises estatísticas de microdados oriundos de *surveys*, se conceberia a simpatia do entrevistado por um partido como correspondente à sua atribuição, ao seu gosto por este partido, de uma nota entre 7 e 10; e, a antipatia partidária, entre 0 e 4. As simpatias, assim como as antipatias, consistiriam em modos de disposição afetiva menos estáveis que as identificações, embora também condicionem comportamentos.

Analogamente ao ocorrido com o estatuto de identificação partidária, o estatuto do sentimento de representação de um eleitor por certo partido político tem sido avaliado intuitivamente, mediante a constatação da resposta espontânea desse eleitor a uma interrogação sobre a existência de um partido o qual ele sinta que represente seu pensamento.¹⁸ Ainda que autores tais como Kinzo e Braga (2007) tenham

15 O LAPOP (Latin American Public Opinion Project) é um instituto de pesquisa especializado no desenvolvimento, implementação e análise de pesquisas de opinião pública. O AmericasBarometer é sua *survey* mais conhecida.

16 Em meio à sua investigação acerca do estatuto de implicação dos partidarismos no estatuto de voto do eleitorado brasileiro, Braga e Pimentel (2011) evidenciaram que as simpatias partidárias assumiriam importância expressiva neste eleitorado.

17 Foi explicado aos entrevistados, de modo a se avaliar o seu gosto pelos partidos: “Por favor, use uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) Sr(a) gosta do partido que eu vou mencionar.”

18 A pergunta utilizada na avaliação do estatuto do sentimento de representação partidária consiste na seguinte: “Existe algum partido político que representa a maneira como o(a) sr(a) pensa?”. Caso relate existir, se considerará como existente a *representação partidária* e, então, se o interrogará: “qual o partido que melhor representa a maneira como o(a) sr(a) pensa?” (Espontânea e Única).

analisado a relevância do sentimento de representação partidária, esse tem sido considerado como menos importante que as identificações e a simpatia partidárias (e, do mesmo modo, avaliado menos comumente que estas em surveys nacionais tais como o Estudo Eleitoral Brasileiro¹⁹ (ESEB)).

Independentemente de seus níveis de estabilidade, o aumento das disposições afetivas (positivas ou negativas) de um eleitor em relação a partidos políticos contribui, em sociedades democráticas, ao aumento do seu envolvimento em campanhas eleitorais e, mais especificamente, em eleições. Nesse contexto, os níveis de certos correlatos de partidarismos, assim como de antipartidarismos, têm sido avaliadas em estudos eleitorais a exemplo do ESEB. Mas, embora tenham ocorrido nos últimos anos reduções expressivas nos níveis de identificações partidárias positivas em âmbito internacional, em meio à ascensão mais generalizada das atitudes antipartidárias, a identificação [positiva] com o PT mantém uma amplitude significativa no cenário brasileiro. Já a identificação negativa com o PT, correlato mais estável do antipetismo (o qual inclui também seus correlatos menos estáveis, as antipatias com relação ao PT), ascendeu expressivamente nos últimos anos. Então, o estudo acerca destas identificações – algumas, positivas, outras, negativas –, correlatos mais estáveis das disposições afetivas em relação a partidos políticos, mantém sua relevância.

De outro lado, a desidentificação – a qual corresponderia ao cessamento da identificação de um eleitor com certa legenda – aumentaria as chances de vinculação afetiva com novos atores políticos, a exemplo de partidos e de líderes com relação aos quais o eleitor não mantivesse anteriormente disposições afetivas expressivas. Estes atores políticos, acenando a uma ou mais demandas daquele eleitor, aumentaria as chances de “capturar” este último, eventualmente ocasionando uma nova identificação – o estatuto das demandas sendo discutido na seção seguinte deste artigo. Ocasionalmente, contudo, o cessamento de uma identificação positiva com certo partido político se substituiria pela identificação negativa com o mesmo. Nesses casos, o eleitor não somente deixaria de se sentir contemplado pelo partido, mas viria a rejeitá-lo.

ARTICULAÇÕES PRELIMINARES E POSSÍVEIS AVANÇOS

Em meio à discussão anterior, acerca da noção de identificação partidária mais comumente articulada na Ciência Política, esta veio a ser concebida como um construto teórico-conceitual o qual representaria um evento cognitivo. Mais restritamente, este evento consistiria ou, ao menos, corresponderia, ao reconhecimento de uma similaridade entre valores, atitudes e ideais de um eleitor e os de um partido político (ou, alternativamente, de seus membros).

De outro lado, Freud (1921/1992, p. 101) considerou o reconhecimento de uma similaridade do indivíduo com um terceiro – “O Outro como via de regra para a identificação” – como condição necessária à ocorrência de uma identificação [propriamente dita]; algo que, na obra de Lacan (2003), ganha os contornos de uma identificação significante. Então, mesmo a Psicanálise não tendo centrado sua análise sobre identificações individuais com partidos políticos, seria consistente a suposição pela qual, em acordo com a sua teoria, o evento cognitivo denominado identificação partidária na Ciência Política seria condição necessária ao evento psíquico o qual denominaremos, associativamente, identificação partidária propriamente dita. Isto é, seria condição necessária à assimilação, por um indivíduo, de traços – elementos significantes – supostamente constitutivo dos membros do partido político com o qual aquele se identifica.

O construto teórico-conceitual desenvolvido na Ciência Política, mensurado mediante análise de resultados de *surveys*, serviria também aos críticos da cultura²⁰ estudiosos dos movimentos de massas, e movimentos políticos. As identidades partidárias (complexos de representações de si mesmo dos indivíduos referentes à sua integração a partidos políticos) se constituíam mediante identificações partidárias

19 O ESEB é uma pesquisa pós-eleitoral de natureza acadêmica associada ao Projeto Comparative Study of Electoral Systems, da University of Michigan, coordenado pela cientista política Rachel Meneguello (CESOP/Unicamp).

20 A expressão “críticos da cultura” tem sido utilizada de modo a designar autores do campo psicanalítico os quais centraram em fenômenos socioculturais.

propriamente ditas (eventos psíquicos de assimilação de traços), as quais resultariam de identificações partidárias (eventos cognitivos de reconhecimento de similaridades).

Neste sentido, mesmo não concebendo freudianamente a inconsciência e os mecanismos dinamicamente inconscientes (tais como o mecanismo de recalçamento), acadêmicos da Ciência Política elaboraram uma noção de identificação compatível com a Teoria Psicanalítica (em nosso caso, de Freud e de Lacan), viabilizando articulações importantes, as quais contribuiriam ao desenvolvimento de ambos os campos de conhecimento.

IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO: CONTINGÊNCIA E HEGEMONIA

Se avançarmos um pouco mais com os trabalhos de Ernesto Laclau (conforme indicamos na seção 2.2 desse artigo), podemos proceder com a inscrição das identificações partidárias para um “mais além” do óbvio e imediato registro cognitivo individual. Podemos inscrever as identificações partidárias como agenciamentos e construções sociais, numa relação de discurso e linguagem, em construções coletivas: em modos de contingência e hegemonia²¹. Além dessas duas noções, podemos evocar em primeiro plano as noções de demanda, significante vazio e cadeia de equivalência para abordar a problemática das identificações partidárias, conceitos privilegiados por Laclau (2013) em sua análise das identidades coletivas.

De saída, podemos propor a seguinte proposição: uma identificação dita partidária se organiza pela intrínseca complementariedade com a infraestrutura das demandas e reivindicações designadas na comutação entre partido político e identificados, sendo a identificação partidária, em última instância, uma identificação contingente com um significante vazio. Vejamos essas formulações começando pela noção de demanda articulada por Laclau (2013).

A DEMANDA

Ernesto Laclau em *A Razão populista* (2013, p. 25) sublinha que sua análise das identidades coletivas e do fenômeno do populismo se originou de “uma insatisfação com perspectivas sociológicas que consideravam o grupo como unidade básica da análise social ou tentavam transcender essa unidade através de paradigmas funcionalistas ou estruturalistas” (Laclau, 2013, p. 25). Essa “insatisfação” com as abordagens anteriores tem como resultado, segundo o autor, uma roupagem “simples e uniforme demais” para compreensão dos “movimentos implicados na construção das diversas identidades” (Laclau, 2013, p. 25).

Nessa direção, o autor sinaliza que as análises anteriores se detinham na referência primária do “grupo”, ou seja, o grupo, o coletivo identitário em questão, tratado como referente primário, e ponto de partida das análises sociológicas. A proposta metodológica aventada pelo autor, carregada de categorias psicanalíticas, é o deslocamento da unidade mínima de análise da identidade coletiva para a demanda

21 Como se sabe, a noção de hegemonia tem um longo histórico teórico. Como afirma Alves (2010, p. 71), o conceito de hegemonia surge no interior da tradição marxista “como resposta às novas configurações sociais. Apesar de ter suas origens na social-democracia russa e de estar presente no pensamento de Lênin, esse conceito foi desenvolvido de modo mais elaborado por Gramsci”. Com Laclau & Mouffe (2001), contemporaneamente, o conceito ganha uma nova abordagem (ou roupagem): Os autores, sobretudo em *Hegemony and Socialist Strategy Towards a Radical Democratic Politics* (2001), “desenvolveram uma nova abordagem de hegemonia para pensar a configuração social do capitalismo tardio, observar como se desenvolvem as disputas hegemônicas nesse novo espaço social” (Ibidem). Como afirma Laclau em *Emancipação e Diferença* (2011, pp. 75-78): “a presença de significantes vazios – no sentido que temos definido – é a própria condição da hegemonia. Isso pode ser visto facilmente se considerarmos uma dificuldade muito conhecida, que tem sido um obstáculo recorrente na maior parte das teorizações sobre a hegemonia – a de Gramsci incluída. Uma classe ou grupo é considerado hegemônico quando não se fecha numa estreita perspectiva corporativista, mas se apresenta para a mais ‘ampla massa’ da população como o realizador de ‘objetivos mais extensos’, como, [por exemplo], a emancipação ou a restauração da ordem social”. Nesse sentido, podemos dizer que toda “hegemonia é sempre instável”, marcada pela “dimensão da *contingência* que tem estado sempre associada à operação hegemônica”. Cabe ainda destacar a importância dada por Laclau e Mouffe (2001) a teoria lacanianiana em especial na reformulação do conceito de *hegemonia*: “a teoria lacanianiana teve uma importância decisiva na formulação de nossa abordagem à hegemonia” (Laclau & Mouffe, 2001, *tradução nossa*).

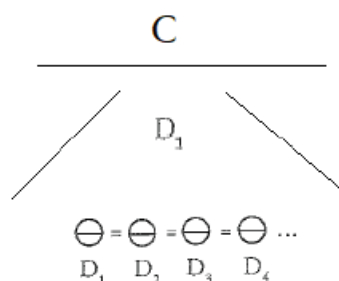
(Laclau, 2013, p. 24). Nos termos do nosso trabalho, não se trataria de uma análise partindo do referente primário, o partido político, mas antes de uma analítica aprofundada das amplas demandas e reivindicações contingentes em seu invólucro. Em termos gerais: aquilo que é demandado e reivindicado pelos diversos atores sociais, grupos identitários; a quem é demandado; se é atendido ou se é negado; quem se opõe às demandas. Até que se chegue na sinalização de um partido organizado e sua possível e contingente identidade. Dito de outro modo, como os partidos políticos se situam na relação com as demandas dos identificados (partidários, eleitores, aliados etc.)?

Como enfatiza Laclau (2013, p. 141), “o significado das demandas é determinado em grande parte por suas posições diferenciais na estrutura simbólica da sociedade e é somente sua frustração que as apresenta sob uma nova luz”. Segundo o autor, as construções políticas se organizam basilaramente (ou primariamente) a partir de demandas insatisfeitas em cadeias de equivalência:

Podemos explicitar isso do seguinte modo: Imaginemos que um “grupo B” do bairro X tem uma demanda por transporte público (D1) que conecte o bairro X ao centro da cidade. O prefeito, o representante e o vereador do bairro conseguem atender institucionalmente essa demanda aprovando uma linha de metrô. O “grupo B” é desfeito com a demanda atendida. Já o “grupo C” do bairro Y tem a demanda de “menos repressão policial aos negros da comunidade” (D1). Suponhamos que essa mesma demanda convirja com outros tantos grupos de outros bairros de uma mesma cidade e estado e que um “grupo N” de estatura nacional, que demanda “por cotas raciais” (D2), converge com as demandas municipais e estaduais dos que apelam por “menos repressão policial” (D1). Digamos que esses grupos todos, heterogêneos, criem um partido ou movimento político⁴ e se organizem enquanto uma identidade coletiva com demandas em cadeia de equivalência. (Starnino & Perez, 2021, p. 93)

O que funda a relação de identificação entre os diversos indivíduos e os movimentos políticos e coletivos organizados (ou mesmo o próprio partido político) são as demandas satisfeitas/insatisfeitas que encontram um devido destino. Aquilo que era particularizado e setorizado ganha a expressividade e magnitude na equivalência com outras demandas insatisfeitas. Como diz Laclau, “é precisamente isso o que torna possível a relação de equivalência: diferentes lutas particulares são outros tantos corpos, que podem indiferentemente encarnar a oposição de todos ao poder repressivo” (Laclau, 2011, p. 72). Dito de outro modo, ao estabelecer uma cadeia de equivalência entre as demandas produz uma relação de oposição, por exemplo, “nós vs o czarismo”, “trabalhadores vs a Elite”, “cidadão de bem vs a corrupção comunista”, etc. Algo que pode ser visto na seguinte formulação de Laclau:

Figura 2. “As demandas e a equivalência”.



No plano inferior, as demandas se organizando em equivalência e necessariamente produzindo em C um campo de antagonismo do que se reivindica. Como diz Laclau (2011, p. 72), “quanto mais estendida esteja a cadeia de equivalência, menor será a capacidade de cada luta concreta permanecer encerrada em sua identidade diferencial”. Nesse sentido, a devida eficácia dos mais variados projetos políticos e partidários se encontra na capacidade de articular em seu entorno o maior número de demandas, o que significa ter o maior número de identificados, aliados e apoios para atingir *hegemonia*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: (DES) IDENTIFICAÇÃO

Por tudo já exposto e a título de conclusão, estamos em condições de afirmar que as categorias psicanalíticas e a investitura de Ernesto Laclau nos fornecem não só uma considerável contribuição para um entendimento mais amplo em torno do processo de identificação partidária, mas, também, do seu oposto, a desidentificação.

Nesse sentido, é preciso insistir na desambiguação conceitual entre as noções de identificação e identidade, ainda que ambos os conceitos para a Psicanálise (e também para Laclau) possam ser pensados como indissociáveis e em uma relação de complementariedade; mais ainda se implicada a investida lacanianiana, cabe dizer. Como já dissemos, a identificação para a Psicanálise é um fenômeno que diz respeito a constituição identitária²². Podemos por extensão, na esteira de Laclau (2013) e do próprio Lacan (1961/62), sustentar que uma identidade coletiva se estrutura pelas identificações significantes contingencialmente comungadas pelos membros do coletivo organizado. Desse modo, se não podemos conceitualmente inscrever, por motivos óbvios, uma identificação partidária como sendo uma identidade coletiva, podemos inscrever as identificações com os partidos políticos como prementes identificações coletivas com um significante vazio, a saber, o partido com que os indivíduos se identificam²³.

Conforme vimos a pouco, podemos formular a nível estrutural que o sentido e significado das identificações partidárias se orientam e variam de acordo com as demandas e reivindicações sustentadas, satisfeitas ou insatisfeitas. É possível, inclusive, afirmar que os diversos atores políticos, identidades coletivas, grupos organizados, podem ter (como também não) suas identificações partidárias: O grupo X que milita por políticas públicas e se identifica com o partido Y”, por exemplo. Ou “o grupo Z que milita em nome da revolução e se organiza coletivamente justamente como movimento antipartidário, anarquista, contra os partidos da democracia burguesa”, noutro exemplo.

O caráter vazio do significante partidário sustentado na identificação dita partidária torna-se fundamental para compreender a variedade de significados assumidos historicamente, inclusive, de desidentificação com os partidos ora identificados positivamente. Uma desidentificação podendo, até mesmo, se desdobrar e se potencializar para um antipartidarismo, o que podemos denominar de “o ápice da insatisfação” no nível das demandas.

Partindo de uma perspectiva que abranja as relações amplas de linguagem e discurso (por excelência sociopolíticas e inscritas em dinâmicas de poder), podemos situar que o vazio fundacional do significante é condição de possibilidade que permite o caráter contingencial das inúmeras transformações no nível da identificação. Dito de outro modo, o fato do significante partidário não ter um único e redutível significado, passando por inúmeras transformações histórico-sociais, é o que permite, inclusive, uma “re-identificação” com o partido, desde que o partido possa ser identificado imaginariamente como o melhor destino das demandas e reivindicações. Algo que pode ser lido aqui: Quem pode melhor levar adiante nossas demandas?

Do ponto de vista eleitoral, o partido político e o representante eleito designado para ocupar a função (o candidato a presidente, por exemplo) que for identificado hegemonicamente (maioria dos eleitores) e contingencialmente (momento determinado em que se insere a identificação) é aquele que

22 Ver seção 2 desse artigo

23 A rigor, todo significante é vazio, pois é a partir da relação com outros significantes que se tem o significado, levando em conta o lugar de enunciação.

se evidencia, podemos dizer, como a presentificação “do destino das demandas demandadas”. Aparece como “O mais capacitado” (partido e representante), numa estrutura simbólica e imaginária: o capacitado de levar adiante as diversas demandas que aparecem no conflituoso campo social.

Cabe dizer que a fusão entre partido e figura (o candidato) se torna incontornável na democracia representativa, com casos mais emblemáticos que outros. Noutros casos a identificação incidindo com mais determinância na figura de liderança política carismática exercida pelo político. Exemplos históricos não faltam, “à esquerda ou à direita”. De tal modo que numa mesma missão de laço identificatório se organiza uma cadeia de equivalência formada por demandas e significantes privilegiados: “Lula, PT, bolsa família, cotas raciais, direitos trabalhistas etc.”, por exemplo. “Mito, controle da baderna, libertinagem sexual, contra o comunismo, Deus acima de tudo etc.”, noutro exemplo.

Isso nos leva a impossibilidade de pensar a identificação partidária como um fato isolado redutível a um único significado, sem a relação com outros significantes, isto é, com outras representações sobre-determinando o vínculo. Dito de outro modo, a identificação partidária aparece atrelada as cadeias de equivalência, a sistemas de representações e crenças, algumas mais estáveis historicamente que outras. Algumas ganham a forma nuclear que leva adiante uma histórica identificação. Podemos citar aqui como exemplo privilegiado a identificação partidária com o partido republicano norte americano, onde em seu núcleo de sustentação podemos encontrar uma série de demandas atreladas ao conservadorismo norte americano, inscritas, citamos algumas, nas insígnias: “pátria, liberdade, família e religião”. O que com Trump ganhou a tipificação: “contra os imigrantes”, “*American First*”, “contra o comunismo”. Noutro exemplo de demandas conservadoras, podemos citar Bolsonaro²⁴ e o lema: “Deus acima de tudo” e, claro, “contra o comunismo e pela família”.

Em resumo, a nível estrutural, podemos dizer que a questão da identificação partidária passa necessariamente pelo entendimento e demarcação da materialidade das demandas e reivindicações contingentes que se organizam no interior do conflituoso campo social. Os partidos e representantes políticos podem ser pensados como os significantes privilegiados que flutuam no infatigável continente das demandas e reivindicações populares. Nesse sentido,

O significante vazio assume . . . o estatuto de um conceito político fundamental, pela disputa em torno dos sentidos e significados que se organizam na multiplicidade contingencial dos movimentos políticos e identidades coletivas organizadas: em modos de oposição e antagonismo, simetria, incompatibilidade ou inclinação e entusiasmo recíprocos. (Starnino & Perez, 2021, p. 103)

A partir dessa leitura, podemos afirmar que as identificações partidárias se tornam identificações significantes coletivas, contingentes, em franca disputa, deslocamento, comutação – uma (re)construção contínua de sentidos e significados – na esfera política em suas mais variadas manifestações, na materialidade das diversas narrativas e discursos sustentados pelos atores políticos.

Desse modo, a questão da tipificação das demandas poderia revelar com mais especificidade uma dupla condição das relações entre eleitores e partidos políticos, às quais corresponderiam as disposições afetivas daqueles em relação a estes últimos – isto é, partidarismos e antipartidarismos. Por um lado, se mantêm constante a possibilidade de ocorrência da identificação partidária (em outros termos, com a estabilização ou com a intensificação da disposição afetiva) ou da desidentificação partidária (ou seja, com a desestabilização e desintensificação da disposição afetiva). Por outro, os variados partidos políticos

24 Sartori (2021, p. 218), nesse sentido, escreveu: “Em 2018, entre as muitas demandas implicadas em identificações coletivas com Bolsonaro – e na construção da denominada “identidade bolsonarista” –, estariam . . . demandas de defesa de valores referidos como “conservadores” e “cristãos”, remetidos aos chamados “cidadãos de bem”, e demandas de intervenção militar (a qual supostamente contribuiria à restituição daqueles valores). Não necessariamente, cada uma destas demandas constaria em cada indivíduo identificado com Bolsonaro; mas estas seriam as mais recorrentes.”.

se transformam em meio às tentativas de compreensão de interrogações tais como “o que se espera de nós?”, “quem é nosso público?”; “por que nos odeiam?”.

Discutir o emblemático junho de 2013, o qual se iniciou com a demanda despretenhosa “pela diminuição do preço das passagens”, seguido de “não é só por vinte centavos”, mobilizando milhões à ocupação das ruas, deflagrando um locus profundo de crise representativa, de *antipartidarismo*, de insatisfação generalizada, pode ser um interessante ponto de partida para se refletir sobre a situação partidária brasileira atual; sem evidentemente reduzir o fenômeno a um acontecimento *per si*.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. L. W.** (1951/1972). *Freudian theory and the patterns of fascist propaganda*. Suhrkamp. (Original publicado em 1951)
- Alves, A. R. C.** (2010). O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova*, 80, 28-60. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452010000200004>
- Balbachevsky, E.** (1992). Identidade Partidária e Instituições Políticas no Brasil. *Lua Nova*, 26, 133-166.
- Braga, M. S. S. & Pimentel, J.** (2011). Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opin. Publica*, Campinas, 17(2), 271-303, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762011000200001&lng=en&nrm=iso
- Angus Campbell, Philip E. Converse, Warren E. Miller, & Donald E. Stokes** (1960). *The American Voter*. Wiley.
- Carreirão, Y. & Kinzo, M. D. G.** (2004). Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados*, 47(1), 131-167. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582004000100004>
- Converse, P. & Dupeux, G.** (1962) Politicization of the electorate in France and the United States. *Public Opinion Quarterly*, 26(1), 1-23.
- Dalton, R. J.** (2013). *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics*. Sage.
- Dalton, R. J., Mcallister, I., & Wattenberg, M. P.** (2003). Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. *Análise Social*, XXXVIII, 295-320.
- Dalton, R. J. & Wattenberg, M.** (1993). *The Not So Simple Act of Voting*. In A. Finifter (Ed.), *State of Political Science II* (pp. 193-218). American Political Science Association.
- Freud, S.** (1900/1989). *La interpretación de los sueños*. Amorrortu. (Original publicado em 1900)
- Freud, S.** (1921/1992). *Psicologia de las Masas y Análisis del yo*. In *Obras Completas de Sigmund Freud Vol. 18* (pp. 63-136). Amorrortu. (Original publicado em 1921)
- Fromm, Erich** (1941). *Escape from Freedom*. Farrar & Rinehart.
- Fuks, M., Ribeiro, E., & Borba, J.** (2021). From Antipetismo to Generalized Antipartisanship: The Impact of Rejection of Political Parties on the 2018 Vote for Bolsonaro. *Brazilian Political Science Review*, 15(1), e0005. <https://doi.org/10.1590/1981-3821202100010003>
- Kinzo, M. D. A. G.** (2005). Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(57), 65-81.
- Kinzo, M. D. G. E & Braga. M. S. S.** (2007). *Eleitores e representação partidária no Brasil*. Humanitas; FAPESP.
- Lacan, J.** (2003). *O seminário, Livro 9 – A identificação*. Centro de Estudos Freudianos do Recife.
- Lacan, J.** (1961/62). *Le séminaire XIX: L'identification*. <http://staferla.free.fr/>
- Lacan, J.** (1999), *O seminário, Livro 5 – As formações do inconsciente*. Zahar.
- Laclau, E.** (2011). *Emancipação e Diferença*. Eduerj.
- Laclau, E.** (2013). *A Razão populista*. Três Estrelas.
- Laclau, E. & Mouffe, C.** (2001). *Hegemony and Socialist Strategy Towards a Radical Democratic Politics*. British Library.

- Lamounier, B.** (1975). Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente. In B. Lamounier & F. Cardoso (Eds.), *Os partidos e as eleições no Brasil* (pp. 19-27). Paz e Terra.
- Laplanche, J. & Pontalis, J. B.** (2001). *Vocabulário da Psicanálise*. Martins Fontes.
- Marcuse, H.** (1972). *Eros e civilização*. Zahar.
- Milner, J. C.** (2003). *El Périplo e Estructural, figuras y paradigmas*. Amorrortu Editores.
- Milner, J. C.** (2010). *Linguística e Psicanálise* (Linguistics and Psychoanalysis, 1992). *Estud. Lacan* [online] , 3(4), ISSN 1983-0769. [https://www.google.com/search?q=Milner%2C+J.+C.+\(2010\).+Lingu%C3%ADstica+e+Psican%C3%A1lise+\(Linguistics+and+Psychoanalysis%2C+1992\).+Estud.+Lacan+%5B](https://www.google.com/search?q=Milner%2C+J.+C.+(2010).+Lingu%C3%ADstica+e+Psican%C3%A1lise+(Linguistics+and+Psychoanalysis%2C+1992).+Estud.+Lacan+%5B)
- Paiva, D. & Tarouco, G. S.** (2011). Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. *Opin. Publica*, Campinas, 17(2), 426-451, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762011000200006&lng=en&nrm=iso
- Reich, W.** (1974). *Psicologia de massa do fascismo* (J. S. Dias, trad.). Escorpião. (Original publicado em 1933)
- Sartori, J. E. T.** (2019). *A articulação da noção de identidade na teoria psicanalítica freudiana* [Dissertação de Mestrado em Filosofia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP]. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12256>
- Sartori, J. E. T.** (2021). Análise aproximativa sobre a heterogeneidade dos apoiadores de Bolsonaro e considerações sobre uma “identidade bolsonarista”. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, 42(2), 201-222. <https://doi.org/10.5433/1679-0383.2021v42n2p201>
- Saussure, F.** (2004). *Escritos de linguística geral*. Cultrix.
- Saussure, F.** (2006). *Curso de Linguística Geral*. Cultrix.
- Speck, B. W. & Balbachevsky, E.** (2016). Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e peessedebistas. *Opin. Publica*, Campinas, 22(3), 569-602. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762016000300569&lng=en&nrm=iso
- Speck, B. W., Braga, M. S. S., & Costa, V.** (2015). Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, 23(56), 125-148. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782015000400125&lng=en&nrm=iso
- Soler, C.** (2004). *Ce que Lacan disait des femmes*. Éditions du Champ Lacanien.
- Starnino, A.** (2016). Sobre Identidade e identificação em Psicanálise: um estudo a partir do Seminário IX de Jacques Lacan. *Revista Dois Pontos*, Curitiba, 13(3), 231-249,
- Starnino, A.** (2018). *Entre o couro e a carne: Jacques Lacan e questão da identidade e identificação* [Dissertação de Mestrado em Filosofia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP]. <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333251>
- Starnino, A.** (2020). Freud, Lacan e Laclau: o entroncamento arduo entre discurso, pulsão e gozo. *Voluntas*, 11(1), 432-453. <https://doi.org/10.5902/2179378643610>
- Starnino, A. & Perez, D. O.** (2018). *Por que nos identificamos?* CRV.
- Starnino, A. & Perez, D. O.** (2021). O estatuto político do significante vazio: identidade coletiva, psicanálise e política/. *Rev. Filosofia Aurora*, Curitiba, 33(58), 84-104. <https://doi.org/10.7213/1980-5934.33.058.DS05>
- Zizek, S.** (1992). *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Zahar.

Histórico	<i>Submissão: 29/04/2021 Revisão: 16/05/2022 Aceite: 06/02/2024</i>
Contribuição dos Autores	<i>Conceitualização: JTS, AS Curadoria de dados: JTS, AS, MSSB Análise dos dados: JTS, AS, MSSB Redação do manuscrito original: JTS, AS, MSSB Redação - revisão e edição: JTS, AS, MSSB</i>
Financiamento	<i>Alexandres Starnino, Bolsa FAPESP, n° do processo: (2019/00407-0).</i>
Consentimento de uso de imagem	<i>Não se aplica.</i>
Aprovação, ética e consentimento	<i>Não se aplica.</i>